

## Artículo de investigación

### Cómo citar:

Nardes, W.; Lopes de Oliveira, F. (2025). Una reflexión sobre la práctica educativa. *MEDIACIONES*, 21(35), 198-215. <https://doi.org/10.26620/uniminuto.mediaciones.21.35.2025.198-215>

### Editorial:

Corporación Universitaria Minuto de Dios, UNIMINUTO

ISSN: 1692-5688 | eISSN: 2590-8057

### DOI:

<https://doi.org/10.26620/uniminuto.mediaciones.21.35.2025.198-215>


**Recibido:** junio 12 de 2025

**Aceptado:** septiembre 30 de 2025

**Publicado:** noviembre 26 de 2025


### Wellington Nardes

Universidade de São Paulo  
[nardesf@usp.alumni.br](mailto:nardesf@usp.alumni.br)

 ORCID [0000-0002-8310-1522](https://orcid.org/0000-0002-8310-1522)  
Brasil

### Fabiane Lopes de Oliveira

Universidade Federal de Goiás  
[fabiane\\_oliveira@ufg.br](mailto:fabiane_oliveira@ufg.br)

 ORCID [0000-0001-8617-6231](https://orcid.org/0000-0001-8617-6231)  
Brasil

# Una reflexión sobre la práctica educativa

## Uma reflexão sobre a prática educomunicativa

## A reflection on educational practice

### RESUMEN

En el artículo analizamos las prácticas educomunicativas que discuten temas sociales como las políticas públicas y los derechos humanos, dando a conocer, a través de internet, las producciones textuales y audiovisuales de los estudiantes sobre estos temas. Están diseñados contra narrativas al status quo hegemónico con discursos críticos y formatos creativos que se oponen completamente a los medios convencionales y tradicionales fuertemente vinculados a los poderosos con oscuros intereses económicos, políticos y culturales. Los resultados de la investigación indican que, a través de los proyectos de educomunicación, los estudiantes se apropian de manera significativa de las múltiples problemáticas sociales, haciéndolos objeto de net-activismo en sus páginas en las redes sociales y en los foros de discusión de internet que, de cierta forma y en en cierta medida, democratizó las relaciones y redujo la brecha entre los dominantes y los dominados.

**Palabras clave:** *Cuestión Social – Educomunicación – Escuelas – Internet – Narrativa*

### RESUMO

No artigo, analisamos as práticas educomunicativas que discutem questões sociais como as políticas públicas e os direitos humanos tornando públicas, pela internet, as produções textuais e audiovisuais dos alunos sobre essas temáticas. São elaboradas contra narrativas ao status quo hegemônico com discursos críticos e formatos criativos que se opõem completamente à mídia convencional e tradicional fortemente vinculada aos poderosos com escusos interesses econômicos, políticos e culturais. Os resultados da pesquisa indicam que pelos projetos de educomunicação os alunos se apropriam de modo significativo sobre as múltiplas questões sociais tornando-as objeto de net-ativismo em suas páginas nas redes sociais e em fóruns de discussão na internet que, de certo modo e em alguma medida, democratizou relações e reduziu



o fosso entre os dominantes e os dominados.

**Palabras clave:** *Educomunicação – Escolas – Internet – Narrativa – Questão Social*

## ABSTRACT

In the article, we analyze the educommunicative practices that discuss social issues such as public policies and human rights, making public, through the internet, the textual and audiovisual productions of students on these themes. They are designed against narratives to the hegemonic status quo with critical discourses and creative formats that are completely opposed to conventional and traditional media strongly linked to the powerful with obscure economic, political and cultural interests. The results of the research indicate that, through the educommunication projects, students take ownership in a significant way on the multiple social issues, making them the object of net-activism on their pages on social networks and on internet discussion forums that, in a certain way and in to some extent, democratized relations and narrowed the gap between the dominant and the dominated.

**Keyword:** *Social Issue - Educommunication - Schools - Internet - Narrative*

## Introducción

O capitalismo é o espaço de correlação de forças cujos protagonistas são os grandes empresários, donos de fortunas, que concentram expressivas porcentagens da riqueza do mundo. O jogo de interesses, de forças e de decisões disputado em nome do dinheiro pelos denominados proprietários do capital promove patologias sociais especialmente nocivas à classe trabalhadora que, em situação de vulnerabilidade social, padecendo a partir de fatores, quer sejam, o desemprego, a pobreza, a miséria e a fome.

O surgimento dessas mazelas e de suas consequências sociais de toda ordem é uma das principais razões pelas quais o capitalismo está em absoluta decadência.

### Conflicto de intereses:

Los autores han declarado que no existen intereses en competencia.



Embora seja possível perceber a relutância de alguns setores da sociedade, sobretudo do chamado mercado, é imperativo que este modelo econômico não deu certo e produziu uma desigualdade inegável.

Neste sentido, é possível dizer que esses desdobramentos obrigam o Estado, em todas as esferas, a atuar na criação/implementação de medidas compensatórias que promovam uma pseudo equidade social, o que se mostra possível materializar-se em políticas públicas e/ou políticas sociais. No entanto, tudo isto se constitui numa arena de disputas políticas, ideológicas e econômicas, visto que externalizam-se por meio de movimentos e manifestações organizados por grupos sociais que se mobilizam pelos seus direitos. Geralmente, tais direitos foram vilipendiados e os sujeitos sociais buscam a efetivação das políticas por meio de suas manifestações.

Pelo contrário, estes são vítimas do capitalismo selvagem que usurpa seus direitos de cidadão e quaisquer vestígios de dignidade humana. O capitalismo sucumbe, em absoluto, os direitos humanos dos sujeitos que parecem amordaçados pelo autoritarismo e pela exploração do capital. Eles não têm possibilidades e tampouco oportunidades para unir vozes, por quaisquer meios, que reúnam suas narrativas de luta e de resistência e que bradam pela dignidade humana, pela ampliação da justiça e equidade social, pelos direitos humanos e pelas políticas públicas de proteção social, por maior legitimidade que possuam.

Nesse sentido, alternativas de articulação de vozes e disseminação de narrativas sobre a coisa social parecem se ensaiar nas escolas públicas, por meio da educomunicação e da internet, a partir de projetos desta via de atuação. As práticas educacionais de produção e de disseminação de narrativas no ciberespaço, bem como as discussões sobre as questões sociais, extrapolam os limites do espaço educativo e não apenas são veiculadas na internet por meio de narrativas sociais em distintos formatos educacionais, como também se tornam, entre os alunos, objeto de ativismo social.

Desta forma, o objetivo deste se coloca em investigar as vozes dissidentes dos estudantes que se encontram em mazelas sociais, no sentido de legitimar a forma pela qual os mesmos podem atuar na sua realidade, ampliando suas expectativas e possibilidades.

Neste sentido, metodologicamente, o recurso de questionário foi utilizado, em que dez alunos de distintas escolas responderam cinco perguntas sobre suas percepções/representações acerca da questão social, da educomunicação e da internet. A partir das respostas ao questionário, foi possível mapear a opinião dos alunos sobre assuntos, como direitos humanos e políticas sociais e, sobretudo, observar quais são seus comportamentos nas

mídias sociais acerca das temáticas em questão. Por fim, pelo questionário, vamos analisar projetos/oficinas de educomunicação: como oferecem melhores condições de apropriação das discussões e como contribuem na construção de pensamento consciente e crítico sobre o tema.

## Aproximación teórico-conceptual

A educomunicação é a prática social que se constitui de múltiplas ações na interface entre a Comunicação e a Educação e que pretende, entre outras coisas, criar ecossistemas comunicativos<sup>2</sup> nos espaços educativos formais, não formais e informais com intuito de melhorar/qualificar a ação comunicativa e o processo de ensino-aprendizagem nesses ambientes. Soares (2002, p.115) define educomunicação como:

O conjunto das ações inerentes ao planejamento, implementação e avaliação de processos e produtos destinados a criar e fortalecer ecossistemas comunicativos em espaços educativos, melhorar o coeficiente comunicativo das ações educativas, desenvolver o espírito crítico dos usuários dos meios massivos, usar adequadamente os recursos da informação nas práticas educativas e ampliar a capacidade de expressão das pessoas.

É assim, portanto, o conjunto de aprendizagens significativas tanto em seu próprio processo quanto pelos seus resultados em si. É uma concepção em toda a complexidade da coisa. Compreendemos que o processo é dialógico, colaborativo, democrático e participativo em absoluta horizontalidade nas relações e que os resultados são, entre outros, como os sujeitos do processo educacional se apropriam das múltiplas temáticas, sobretudo as questões sociais, fortalecendo e transformando pensamentos e ideologias. Embora sejam tempos distintos da educomunicação, processo e resultados são indissociáveis e igualmente fundamentais.

Nas plataformas digitais com acesso prático, constante e instantâneo à internet, a noção de “emissor, mensagem e receptor”, sugerida pelo modelo matemático de comunicação, é totalmente ultrapassada porque compreende unidirecionalmente a comunicação como ato mecânico e não como ato social complexo. Os usuários da internet desempenham simultaneamente todas as funções neste processo, diferente de outros meios de comunicação analógicos, como por exemplo, a televisão e o rádio pelos quais o espectador desempenha

<sup>2</sup> O conceito de ecossistema comunicativo consiste na harmonia entre os elementos que compõem um espaço ou ambiente em que convivem diariamente inúmeras pessoas. Entende-se que, a exemplo do meio físico, onde há sistemas áridos/fechados assim como sistemas abertos e repletos de vitalidade, também há nas instituições de ensino, nos ambientes sociais e no ciberespaço pessoas oriundas de diversos sistemas de comunicação nos quais são submetidas a algumas normas de acordo com a cultura de comunicação daquele grupo/região. Todas as maneiras de relacionamento comunicacional com regras previamente definidas se constituem esses ecossistemas comunicativos.



tão somente o papel de receptor desses “meios massivos” e não tem o poder de interferir, pelo menos imediatamente, nos conteúdos.

Os meios de comunicação compõem o processo de socialização dos sujeitos, mas isso não é via de mão única. Os próprios meios e seus conteúdos constantemente modificam práticas em função das respostas da sociedade em geral e suas múltiplas transformações. Assim, a visão do processo de comunicação não é polarizada, mas entende tal qual Martín-Barbero (2003) que emissão e recepção constituem um processo imbricado de produção e circulação do conteúdo midiático e o receptor, portanto, também é sujeito do processo de comunicação. Na perspectiva de uma cultura digital podemos dizer que, de certo modo, no ciberespaço se explicita o conceito de comunicação como processo de relação, de interação e de diálogo; como troca de sentido, de negociação e de conflito; como um processo – ousamos dizer – mais participativo e mais democrático, embora disputas/confrontos de representações sejam absolutamente comuns nessa arena de narrativas e ideologias que é a internet.

O processo do projeto educ comunicativo em si é tão ou mais importante que os resultados propriamente ditos haja vista que pode fortalecer a prática do diálogo, robustecer a noção de Democracia, promover ensaios de cidadania participativa e, pontualmente, proporcionar a dignidade humana, a convivência sustentável e a participação social produtiva. De todo modo, os resultados nunca são dispensáveis. Os produtos comunicacionais sobre qualquer temática desenvolvidos nos espaços educativos nesse contexto de dialogicidade, de participação democrática e de protagonismo do sujeito podem ser publicados pelos alunos para os próprios colegas da escola ou de outras escolas e, eventualmente, se houver abrangência comunitária, para professores, para pais e para todo bairro haja vista que, pela internet, tudo pode ser publicado e assim todas as produções educ comunicativas podem ser compartilhadas.

Podemos dizer que o processo e os resultados se mesclam e se confundem na educ comunicação porque a produção educ comunicativa se subverte aos modelos e formatos da grande mídia para se opor, pela força de uma narrativa social, ao *status quo* hegemônico, às instituições e ao *modus operandi* da vida no modelo dominante de sociedade. Assim, nos ambientes educativos a educ comunicação é aprendizagem “interna” e, ao ocupar o ciberespaço, externalizada. Castells (2012, p.32) afirma que:

No nosso tempo, as comunicações multimodais pelas redes digitais de comunicação horizontais é o meio de comunicação mais rápido, autônomo, interativo, reprogramável e auto propagável da história. As características do processo de comunicação entre as pessoas envolvidas nos movimentos sociais determinam as características organizacionais do próprio

movimento: quanto mais interativa é a comunicação, a organização é menos hierárquica e mais participativo é o movimento. Assim, os movimentos da era digital representam um novo tipo de movimento social. [tradução livre]

Neste sentido, a prática educacional se constitui de processos e resultados que se aproximam dessa temática. Dizemos que pela educação os alunos se relacionam com as narrativas que transitam por aí e constroem seus recortes narrativos sobre a coisa desenvolvendo uma compreensão acerca da complexidade da questão social o que pode contribuir na formação de crianças/jovens tornando-os mais críticos sobre nosso modelo de sociedade. A educação provoca a formação de sujeitos com competências/habilidades para compreender e se posicionar nesse universo de disputas de narrativas sobre a coisa social e seus aspectos social, político e histórico.

## Desarrollo metodológico

A análise dos dados coletados a partir da aplicação de questionários pode elucidar toda teorização dos dois primeiros artigos deste artigo. Então, no presente artigo vamos, fundamentalmente, contextualizar nosso objeto de estudo, o teor do questionário em si e o procedimento de coleta de dados discutindo-a metodologicamente e reunindo as principais respostas para numerá-las e analisá-las.

A decisão foi aplicar questionários somente com perguntas abertas usando as mesmas questões com dez alunos(as), um(a) de cada escola, sendo cinco meninos e cinco meninas. Todos participam de projetos de educação e, nessa pesquisa, foram selecionados aleatoriamente de maneira isenta para não comprometer o artigo.

As perguntas se orientam pelas percepções/representações dos alunos sobre a questão social, a internet e a educação. Assim, pelas respostas ao questionário podemos mapear a opinião dos alunos sobre direitos humanos e políticas sociais e, sobretudo, observar seus comportamentos nas mídias sociais acerca desses temas. Por fim, analisamos como os projetos de educação que são desenvolvidos oferecem/contribuem na condição e apropriação das discussões, bem como dos temas, auxiliando a construção de um pensamento autônomo, mas ao mesmo tempo crítico/consciente sobre a temática.

## Hallazgos y discusión

Podemos dizer que esse último artigo é de articulação teórica e diálogo com nosso objeto de estudo. Vamos discutir quantitativa e qualitativamente os resultados da pesquisa de



campo que relaciona a questão social e os projetos de educomunicação no âmbito das escolas públicas municipais/estaduais da cidade de Joinville, no estado de Santa Catarina, ao sul do Brasil. A análise dos dados coletados a partir da aplicação de questionários pode elucidar toda teorização dos dois primeiros artigos deste artigo. Então, no presente artigo vamos, fundamentalmente, contextualizar nosso objeto de estudo, o teor do questionário em si e o procedimento de coleta de dados discutindo-a metodologicamente e reunindo as principais respostas para numerá-las e analisá-las.

A cidade de Joinville é a maior do estado de Santa Catarina e, frequentemente, recebe títulos pela qualidade na Educação. Atualmente, o município possui o universo de 123 escolas públicas (84 municipais e 39 estaduais), entre as quais, dez escolas desenvolvem projetos de educomunicação, direitos humanos e políticas sociais. Deste modo, nossa decisão foi aplicar questionários somente com perguntas abertas usando as mesmas questões com dez alunos(as), um(a) de cada escola, sendo cinco meninos e cinco meninas. Todos participam de projetos de educomunicação e, nessa pesquisa, foram selecionados aleatoriamente de maneira isenta para não comprometer o artigo.

As perguntas se orientam pelas percepções/representações dos alunos sobre a questão social, a internet e a educomunicação. Assim, pelas respostas ao questionário podemos mapear a opinião dos alunos sobre direitos humanos e políticas sociais e, sobretudo, observar seus comportamentos nas mídias sociais acerca desses temas. Por fim, analisamos como os projetos de educomunicação que são desenvolvidos oferecem/contribuem na condição e apropriação das discussões, bem como dos temas, auxiliando a construção de um pensamento autônomo, mas ao mesmo tempo crítico/consciente sobre a temática. As perguntas do questionário foram as seguintes:

Você é a favor ou contra os direitos humanos e as políticas sociais? Por quê?

Você já publicou/postou algo nas suas redes sociais sobre questões relacionadas aos direitos humanos e as políticas sociais? O quê?

Você costuma opinar, defender ou repudiar direitos humanos e as políticas sociais em suas redes sociais? Comente. Exemplifique.

Você participou ou participa de fóruns de discussão sobre esse tema? Quais?

Você acredita que pelos projetos de educomunicação da sua escola, você melhor se apropriou dessas discussões e construiu um pensamento consciente e crítico sobre a temática? Explique.

O questionário pareceu o melhor instrumento de pesquisa e, a partir de agora, o discutimos metodologicamente como instrumento de coleta de dados. Vejamos a seguir:

## O questionário e suas questões metodológicas

A isenção é o princípio de toda pesquisa. De todo modo, Lopes (2014) afirma que, epistemologicamente, que não há neutralidade em nenhuma técnica de coleta de dados para as pesquisas científicas. Neste sentido, a autora dialoga com Thiollent (1980) que discute técnicas de coleta, especialmente, o questionário e a entrevista debruçando-se substancialmente sobre a falsa neutralidade das enquetes sociológicas.

À luz de Bourdieu (1983), segundo o qual, as técnicas são teorias em ato, Lopes e Thiollent defendem que o pesquisador construa suas investigações científicas com senso crítico, crítica epistemológica e rigor metodológico. Em suma, exige-se uma reflexividade do pesquisador na pesquisa e, portanto, no trabalho de campo também.

Para ambos os autores, o trabalho de campo é fundante na prática da pesquisa. Trata-se da etapa cuja qual, o investigador começa o processo de interação com os fenômenos do estudo em seu contexto natural, questionando-os e entrevistando-os. Assim, nossa pesquisa se baliza por Thiollent (1980) que teoriza amplamente sobre o questionário e a entrevista, discutindo-os dos pontos de vista epistemológico, teórico, metódico e técnico circulando, portanto, por todas as “instâncias metodológicas” sugeridas por Lopes (2014) em seu modelo metodológico para pesquisas científicas.

Para Thiollent (1980), qualquer questionário, seja de observação direta ou de questionamento, apresenta perguntas cuja estrutura temática apresenta as hipóteses da pesquisa, naturalmente, em formato interrogativo. No processo de reelaboração estrutural das hipóteses formatando-as em perguntas de questionário, o pesquisador precisa ser rigoroso e criterioso para evitar distorções e deficiências metodológicas dessa técnica observando, por exemplo, o nível de formação e de informação dos entrevistados, entre outros aspectos. Nesse sentido, Thiollent (1980, p.32) pondera:

Na estrutura do questionário, a ordem das perguntas pode ser temática, ou em grupos correspondentes às hipóteses ou totalmente arbitrária, tendo em vista, neste caso, a superação do “efeito de contaminação” que consiste no condicionamento da resposta a uma pergunta em função das perguntas imediatamente anteriores.

No caso dessa pesquisa, tal qual dito antes, nossa hipótese é de que a prática educomunicativa, em última instância, promove o net-ativismo social. O ensino-aprendizagem torna-se mais efetivo quando, não raramente, os alunos se apropriam tão significativamente sobre a questão social que passam a se manifestar na internet defendendo causas sociais em formas ciberdemocráticas de participação elaboradoras a partir de uma ação engajada/coletiva nas mídias digitais.

Se, portanto, observarmos as cinco questões é possível perceber que elas estão imediatamente relacionadas com nossa hipótese e, pelas respostas ao questionário, podemos confirmá-la ou refutá-la. A última pergunta, em especial, explicita a articulação entre a hipótese e o questionário. Vejamos que, se nossa suposição é que os projetos de educomunicação oferecem elementos para construção de pensamento consciente e crítico sobre a coisa social a ponto de estimular, nos alunos, o ativismo social na internet, precisávamos perguntar abertamente se eles atribuem aos projetos de educomunicação esse processo de apropriação e de construção de pensamento sobre a temática social.

O questionário foi aplicado a um conjunto de pessoas selecionadas sob critérios de representatividade da população global do objeto de investigação. Para realizar tal seleção, Thiollent (1980) afirma que o pesquisador/entrevistador pode adotar três tipos de abordagem: probabilística, por quotas ou por amostragem. No caso dessa pesquisa optamos por uma amostragem aleatória aplicando o questionário entre os dez alunos oriundos de distintas escolas de Joinville/SC e que, necessariamente, participam de projetos de educomunicação voltados à temática direitos humanos e políticas sociais.

Nessa ocasião, é pertinente elucidar que alunos que não participam de projetos educucomunicativos não estão entre os respondentes do questionário e que há, em algumas escolas, projetos de educomunicação voltados à outros temas como a saúde e o meio-ambiente. Os participantes de projetos desse tipo também não participam do questionário porque nossa pesquisa pretende estudar, especificamente, projetos de educomunicação, direitos humanos e políticas sociais. Assim, em algum momento da análise, costumamos observar de modo hipotético/especulativo que provavelmente os resultados seriam bem distintos se o questionário fosse aplicado entre alunos que não participam de projetos de educomunicação ou participam de projetos com outros temas.

Operacionalmente, a aplicação do questionário se dá de modo pessoal ou *online*. Porém, é mais eficiente quando o entrevistador/pesquisador desenvolve uma interação e aborda pessoalmente os respondentes ao questionário. Nesse sentido, Thiollent (1980) oferece algumas dicas como numa cartilha de passo a passo na qual o autor propõe que: *a)* ao

aplicar o questionário, o entrevistador apenas lê as questões sem comentá-las, *b*) em casos de assuntos mais complexos, o entrevistador é um mediador que facilita a verbalização do entrevistado e *c*) em hipótese alguma, o entrevistador pode interferir nas respostas do entrevistado. Foi assim que aplicamos o questionário. Nosso zelo metodológico é para que essa pesquisa possa, efetivamente, representar a realidade do objeto e seus fenômenos sobre os quais analisamos/ponderamos a seguir.

## O questionário, as respostas e os resultados

Nossa pesquisa é educacional porque dialoga, democraticamente, com os sujeitos do objeto de estudo. Não dispensamos, sob qualquer hipótese, as vozes dos alunos sobre suas percepções/representações acerca da discussão da questão social e a educação que estamos travando desde o início do artigo. Desse modo, nesse subartículo relacionamos a fundamentação teórica com a *práxis* propriamente dita e analisamos as respostas (falas) dos alunos das escolas públicas de Joinville/SC que estão envolvidos com projetos de educação, direitos humanos e políticas sociais.

Como não podemos, por questões éticas da pesquisa científica, revelar nomes das crianças e dos jovens entre 13 e 17 anos, nesse artigo vamos nomeá-los pela sigla CJ (criança ou jovem) acompanhada de números de “identificação”. As suas respostas podem ilustrar/elucidar as discussões e sempre serão expostas *ipsis litteris* e em *itálico*. Vamos socializar as falas que sejam representativas, que ofereçam possibilidades de análise e que contribuam para atestarmos ou refutarmos a nossa hipótese de pesquisa.

Enquanto elaborávamos as perguntas do questionário, pensávamos não apenas no teor propriamente dito como também na ordem que apresentariamos as questões. Metodologicamente, decidimos que a primeira pergunta devia localizar/nortear o aluno em seus posicionamentos sobre a questão social de modo que orientasse as demais respostas a partir de sua opinião sobre os direitos humanos e as políticas sociais. Nós esperávamos que a maioria fosse a favor, no entanto, precisamos reconhecer que a proporção surpreendeu: de dez alunos apenas um disse ser contra e mal se justificou. O gráfico revela, visualmente, a posição dos alunos acerca dessa questão. Vejamos:

Assim, a maioria, portanto, é a favor dos direitos humanos e das políticas sociais. Nesse sentido, dizemos que os projetos de educação voltados a essa temática parecem oferecer elementos para uma compreensão mais ampla e complexa das questões sociológicas, históricas e contemporâneas. O processo educacional que se dá pela discussão da temática, pesquisa, produção e publicação de mídias torna os alunos mais conscientes



e críticos sobre a questão social. Em sua maioria, esses alunos parecem mais alinhados à política “de esquerda” e compreendem, de um lado, que as políticas sociais são legítimas e oferecem ensaios de equidade social para aqueles que foram historicamente explorados pelo capitalismo e, de outro lado, que os direitos humanos<sup>3</sup> são invioláveis e garantem a dignidade humana e a integridade dos sujeitos.

Conquanto, as crianças e os jovens engajados nos projetos de educomunicação se dispõem a escutar o outro e compreender as suas narrativas sobre a questão social. Assim, majoritariamente, disseram ser favoráveis às políticas sociais e aos direitos humanos. No questionário, eles opinaram/argumentaram com certa propriedade acerca dessa temática. Inúmeros mencionaram projetos cujos quais produzem áudio ou vídeo documentários e nos quais entrevistam os indivíduos em situação de vulnerabilidade, menos favorecidos e marginalizados pela sociedade. É um exercício educacional de mobilização social e de cidadania. Podemos perceber que esse projeto, em especial, sensibiliza as crianças e os jovens que compreendem a questão social como um todo complexo. Essa sensibilização se dá pelo exercício de escuta/diálogo com o outro, princípio fundante da educomunicação. Neste sentido, Silva (2010, p.06) observa que:

Quer seja no âmbito formal ou nos ambientes informais, a educomunicação deve ser entendida como campo capaz de formar politicamente sujeitos e comunidades para o exercício consciente da cidadania. Seja por meio da leitura crítica dos meios, da produção de programas de rádio, peças publicitárias, espetáculos teatrais, informativos impressos, blogs, fotografias, entre tantas outras formas de expressão, ou ainda a partir de modelos de gestão democráticos e sistemas de livre difusão dos conteúdos produzidos, a educomunicação se caracteriza pela geração de processos de mobilização social. O que realmente deve ser considerado na prática educacional deve ser o compromisso com a transformação dos modelos atuais de se comunicar e educar. É preciso que haja interesse e iniciativa daqueles/as que, de fato, acreditam em uma sistema educacional libertário e uma comunicação livre, verdadeiramente democrática, capaz de promover o exercício pleno da cidadania.

Inúmeras respostas demonstram absoluta apropriação sobre a questão social. Os alunos que se manifestaram a favor dos direitos humanos e das políticas sociais podem ser representados pela fala de CJ6 que respondeu assim:

<sup>3</sup> Para a Organização das Nações Unidas (ONU) os direitos humanos são o direito à vida e às liberdades individuais, à liberdade de opinião e de expressão, o direito ao trabalho e à educação, entre outros. Todos merecem esses direitos sem discriminação. O Direito Internacional dos Direitos Humanos estabelece as obrigações dos governos de agirem de determinadas maneiras ou de se absterem de certos atos, a fim de promover e proteger os direitos humanos e as liberdades de grupos ou indivíduos.

Eu sou a favor das políticas sociais e dos direitos humanos porque oferecem abertura social, proteção e defesa para as aqueles que vivem em condições mínimas de sobrevivência ou que sofrem algum tipo de preconceito racial ou sexual. Então eu sou a favor dos direitos das minorias como um todo. Quando estudamos História, entendemos que políticas sociais e direitos humanos são justos e precisam ser garantidos por lei em todos os governos. (CJ6)

Essa resposta é elucidativa e exemplifica o posicionamento majoritário entre as crianças e os jovens que participam dos projetos de educomunicação, direitos humanos e políticas sociais realizados em escolas públicas (municipais/estaduais) de Joinville/SC.

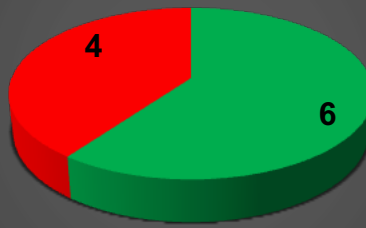
De todo modo, uma resposta se destacou entre as outras pelo grau de criticidade. O respondente ao questionário não apenas disse ser a favor dos direitos humanos e das políticas sociais como criticou veementemente o capitalismo e a elite. CJ8 disse:

Os empresários e os ricos não concordam com as políticas sociais que o Estado desenvolve, por pressão popular, para atender as necessidades das pessoas. O curioso é que durante as crises econômicas eles recorrem a esse mesmo Estado para fazer empréstimos, quitar suas dívidas e salvaguardar seu patrimônio. Para a elite, o dinheiro público pode servir para resolver seus problemas, mas não para garantir direitos e liberdades individuais aos pobres e aos menos favorecidos. Quer dizer, o capitalismo é uma hipocrisia. (CJ8)

Podemos dizer, assistematicamente, que é dessa maneira contundente que os alunos dos projetos de educomunicação costumam se manifestar acerca da questão social não apenas durante as discussões com seus colegas como na internet também, em suas páginas nas redes sociais ou em fóruns temáticos. Eles, primeiramente, se apropriam sobre questões sociológicas e, ao compreendê-las, parecem se inquietar com as injustiças da sociedade transformando-se em ativistas pelas causas sociais. Naturalmente, esse fenômeno não acontece abruptamente como num estalo de dedos. É um longo processo pelo qual, paulatinamente, os alunos se apropriam da coisa social e se revoltam/rebelam contra o *status quo* político, econômico e cultural da sociedade.

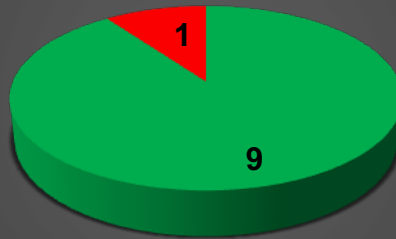
Assim, para que pudéssemos analisar o comportamento dos alunos na internet, a segunda, a terceira e a quarta perguntas do questionário se relacionam e dialogam com a hipótese. Nós perguntamos, respectivamente, se nas redes sociais e na internet *a)* eles publicam/postam algo; *b)* opinam, defendem ou repudiam; *c)* participam de algum fórum de discussão sobre direitos humanos e/ou políticas sociais. As três questões se aproximam e, portanto, os gráficos de suas respostas estão, em sequência, a seguir:

2 - Vo ê j publicou/postou algo nas suas redes sociais sobre questões relacionadas aos direitos humanos e as políticas sociais? O quê?



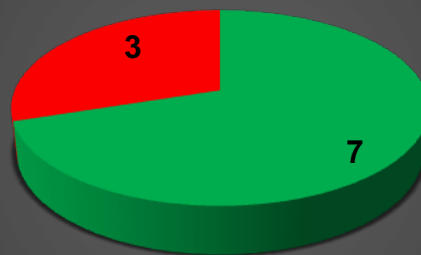
■ SIM ■ NÃO

3 - Vo ê c stuma opinar, defender ou repudiar direitos humanos e as políticas sociais em suas redes sociais? Comente. Exemplifique.



■ SIM ■ NÃO

4 - Vo ê p rticipou ou participa de fóruns de discussão sobre esse tema? Quais?



■ SIM ■ NÃO

Podemos observar que, embora com números distintos, nas três perguntas as respostas “SIM” superaram as respostas “NÃO”. Assim, portanto, em todas as questões a maioria disse que lida ou lidou com múltiplas questões sociais na internet. De modo especulativo ousamos dizer que se o questionário tivesse sido aplicado aos alunos que não participam desses projetos de educomunicação, os resultados seriam inversos.

Isto porque, em sua maioria, os alunos são indiferentes com temas desse tipo. No processo de observação das escolas é frequente encontrar alunos que, a qualquer ensaio de abordagem das questões sociais, costumam dizer no senso comum que “não gostam de política”. Se na escola já não estão dispostos à discussões sobre, quanto menos na internet em seu tempo de lazer. O que queremos ponderar é que os projetos de educomunicação<sup>4</sup> parecem promover uma aproximação entre crianças/ jovens e discussões sociológicas e, em estágio seguinte, estimular o net-ativismo social de modo natural, consequencial e não intencional. Assim, Silva (2010, p.04) afirma que:

Há, deste modo, uma urgência em repensar as formas de fazer comunicação, atentando para sua função, inegavelmente, educativa. A educomunicação surge, portanto, com a proposta de refletir acerca do uso das tecnologias em prol de uma real democratização ou apenas em favor da reprodução de um sistema alienante e opressor. Esse campo de estudo e de intervenção social, o qual, estudiosos da comunicação e da educação, chamaram de educomunicação, propõe o engajamento consciente dos indivíduos na estrutura social a qual pertencem. A prática educacional se configura como um espaço de discussão e cidadania, que assume posição estratégica de resistência frente às transformações negativas. É, portanto, uma forma de enfrentamento às estruturas que manipulam a opinião pública em favor da difusão de uma ideologia dominante, ou seja, em favor dos valores socioculturais e do poder econômico de uma minoria.

As três perguntas obtiveram, entre os alunos, um “discurso médio” de respostas que se repetiram inúmeras vezes. Então, nessa ocasião, as falas de CJ3, CJ1 e CJ9 pareceram mais abrangentes, respectivamente, como respostas às questões 2, 3 e 4. Assim, compartilhamos a seguir essas falas mais elucidativas e discutimos a *posteriori*.

Sim, publiquei e publico com frequência porque nos projetos educacionais aprendemos muita coisa e me sinto seguro para falar sobre esses assuntos. Eu geralmente falo algo sobre os artigos dos direitos humanos que tratam de liber-

<sup>4</sup> Nesse sentido, Silva (2010, p.05) observa que “a educomunicação coloca como indispensável, de imediato, a necessidade de educar os cidadãos para recepção crítica e ativa. Para isso é essencial a disposição dos diversos setores da sociedade, com esse propósito de promover o exercício da cidadania e, conseqüentemente, a existência de uma sociedade livre de desigualdades e opressões”.



dade de religião ou crença, forma de vida e liberdade de gênero. Também publico e compartilho textos, imagens e vídeos em defesa de negros e gays. Quando a gente produz mídias na educomunicação da escola, eu também publico. Eu não tenho medo e nem vergonha de me expor. (CJ3)

Sim, quando alguém da direita fala mal dos direitos humanos na minha rede social, eu defendo e me posiciono a favor. Meu argumento é que as pessoas que sofrem na sociedade atual são vítimas do capitalismo e da exploração. As políticas sociais, pelo menos, oferecem oportunidades. (CJ1)

Sim, participo de vários, mas o “Jovens de Esquerda” é o que mais eu e meus amigos da educomunicação gostamos porque todos pensam como a gente e nós aprendemos mais argumentações para defender nosso ponto de vista que é favorável aos direitos humanos e as políticas sociais. (CJ9)

As respostas antecipam a discussão com a qual findamos o artigo. Precisamos observar que os alunos parecem atribuir aos projetos de educomunicação esse modo de agir na internet e nas redes sociais. É notável a habilidade com a qual lidam sobre a questão social e a competência crítica de se posicionar com elementos/argumentos. O que podemos perceber quantitativamente pelos gráficos e qualitativamente pelas falas é que, efetivamente, os alunos parecem dominar em absoluto essa temática e torná-la objeto de net-ativismo. Podemos perceber que tudo acontece além da escola. Eles não estão interessados em nota ou algo do tipo, mas se reconheceram cidadãos a partir dos projetos de educomunicação: discussões teóricas entre colegas; pesquisa sobre a temática em pauta; produção de “mídias jornalísticas” em texto, áudio e vídeo; entrevistas com pobres, negros e gays; publicação dessas produções no ciberespaço.

Todo esse movimento permite a disseminação de suas narrativas sociais de luta, de resistência e de defesa em prol de si próprios, de seus pais, de seus familiares e dos sujeitos em geral. Essas narrativas não são “profissionais” e nem tem amplitude de disseminação por grandes meios de comunicação. No entanto, desenvolve nessas crianças e jovens, os sentidos de responsabilidade, de cidadania e de pertencimento. E, se formos otimistas/utópicos/idealistas, podemos acreditar que a união de milhões de narrativas sociais a partir da educomunicação pode, um dia, fazer coro em Joinville e no mundo pressionando governantes em prol de direitos humanos e de políticas sociais por meio de mobilizações sociais em mídias alternativas. Silva (2010, p.03) observa que:

A contra hegemonia surge dos movimentos sociais que, preocupados com a emancipação popular necessária à mudança da sociedade, passam a propor

formas de sensibilização. Os meios de comunicação, teoricamente, divulgadores da informação de qualidade, isenta e preocupada com o bem estar social, na prática, não cumprem por completo esta função. Dessa insatisfação com a mídia “oficial” surge a mídia “alternativa” como opção aos processos hegemônicos de comunicação, e possui, portanto, relação com a democracia. A mídia alternativa compreende uma gama de possibilidades de se fazer comunicação, cujo foco principal é a garantia dos processos comunicativos horizontalizados, nos quais a população possa ser tanto receptora quanto produtora/emissora de informação. Nesse modelo proposto deve haver, de fato, a valorização da diversidade socio-cultural e dos princípios democráticos que devem estar expressos nas formas de construção coletiva.

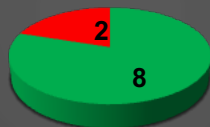
A última pergunta do questionário, sobre a qual comentamos em algum momento, versou explicitamente acerca da “efetividade” dos projetos de educomunicação, direitos humanos e políticas sociais. É que, embora suspeitássemos que as questões anteriores pudessem revelar algo e comprovar a hipótese (o que, de fato, aconteceu), quisemos garantir que eram corretas/válidas nossas percepções sobre o objeto. CJ4 afirma que:

Os projetos de educomunicação foram fundamentais para eu entender tudo sobre direitos humanos e políticas sociais. Eu gosto muito das oficinas, das conversas, das nossas mídias, das entrevistas. E educomunicação fez a escola ter sentido pra mim. Acho que hoje sou mais informado e tenho mais conhecimento tanto que opino sobre o assunto na internet e “na vida”.

Uma vez mais, ainda em justificativa à adição dessa pergunta ao questionário, ponderamos sobre nossa desconfiança de que, eventualmente, a apropriação sobre a coisa social entre os alunos pudesse ser oriunda da família ou de outros vínculos sociais que não dos projetos de educomunicação da escola. Porém, as respostas revelaram o contrário e refutaram a desconfiança. O gráfico revela os números. Vejamos:



5 - Você acredita que pelos projetos de educomunicação da sua escola, você melhor se apropriou dessas discussões e construiu um pensamento consciente e crítico sobre a temática? Explique.



■ SIM ■ NÃO

Então, 8 de 10 alunos parecem ter atribuído aos projetos de educomunicação essas capacidades, habilidades e competências para tratar da questão social na internet e “na vida” tornando-se ativistas sociais. Assim, podemos afirmar que os resultados sobretudo da quinta pergunta e do questionário em geral indicam que pelos projetos de educomunicação os alunos, de fato, se apropriam de modo tão significativo sobre as múltiplas questões sociais tornando-as objeto de net-ativismo em suas páginas nas redes sociais e em fóruns de discussão na internet. Podemos dizer que, de certo modo e em alguma medida, a internet democratizou as relações e reduziu o fosso entre os dominantes e os dominados. Isto porque, embora em escala incomparável aos meios hegemônicos mancomunados com a elite e o capital, a internet pelo menos oferece a possibilidade de disseminação de narrativas de subversão ao *status quo*.

## Conclusiones

O artigo constrói paralelos entre a questão social, a educomunicação e a internet. Podemos dizer que ensino-aprendizagem torna-se mais efetivo quando, não raramente, os alunos se apropriam tão significativamente sobre a questão social que passam a se manifestar na internet defendendo causas sociais em formas ciberdemocráticas de participação elaboradoras a partir de uma ação engajada/coletiva nas mídias digitais. A educomunicação parece, portanto, incentivar a disseminação das narrativas de luta, de resistência e de subversão acerca das questões sociais em defesa de pobres, negros e gays, em suma, dos direitos humanos e das políticas sociais. A hipótese, portanto, está confirmada. De todo modo, reconhecemos que a discussão não está fechada e que novos elementos colaboram para compreensão desse fenômeno que se dá pela relação entre a educomunicação e a questão social.

## Referencias

- Bourdieu, P. O Campo científico. In: ORTIZ, R. (org.). A sociologia de Pierre Bourdieu. São Paulo: Ática, 1983.
- Castells, M. Redes de indignación y esperanza: los movimientos sociales en la era de Internet. Madrid: Alianza Editorial, 2012.
- Lopes, M. I. V. Pesquisa em Comunicação. 12ed. São Paulo: Loyola, 2014.
- Martín-Barbero, J. Dos meios às mediações. [Trad. Ronald Polito e Sérgio Alcides]. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.
- Silva, É. D. C. Educomunicação: um campo essencial na construção de uma nova sociedade. Revista de Educação do Vale do São Francisco, vol. 1, p. 92-95, 2010.
- Soares, I. O. Metodologias da Educação para Comunicação e Gestão Comunicativa no Brasil e na América Latina. In: BACCEGA, M. A. (org.). Gestão de Processos Comunicacionais. São Paulo: Atlas, 2002.
- Thiollent, M. Crítica metodológica, investigação social e enquete operária. São Paulo: Polis, 1980.